

## Políticas públicas ambientais: produção científica em periódicos nacionais da área de administração entre 2013 e 2017

*Environmental public policies: scientific production in national administration journals between 2013 and 2017*

Jessica Eloísa de Oliveira<sup>a</sup>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4549-6498>

Jorge Alfredo Cerqueira Streit<sup>b</sup>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-4963-4306>

Diego Mota Vieira<sup>c</sup>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-1275-1648>

Patrícia Guarnieri<sup>d</sup>

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5298-5348>

### Resumo

O objetivo deste estudo foi identificar o perfil das produções científicas nacionais sobre políticas públicas ambientais em periódicos da área de administração classificados pelo Qualis-Periódicos de A1 a B2, no período de 2013 a 2017. Para tal, realizou-se uma pesquisa documental, descritiva e quantitativa. Os resultados relevam que a maioria dos autores que publicaram sobre o tema são graduados em administração e doutores na mesma área de formação. A principal temática dos artigos sobre políticas públicas ambientais foi resíduos sólidos. Em relação aos aspectos metodológicos, constatou-se que normalmente são publicados trabalhos do tipo teórico-empírico, descritivos, e qualitativos com recorte transversal. Neste espaço amostral, grande parte foi classificada como estudos de caso que utilizaram múltiplos instrumentos para a coleta de dados e fizeram uso da análise de conteúdo para tratamento analítico. Este artigo contribui ao identificar o perfil das produções sobre o tema, auxiliando pesquisadores e gestores interessados na temática.

**Palavras-chave:** Políticas públicas ambientais. Sustentabilidade ambiental. Meio ambiente. Administração. Gestão ambiental.

### Abstract

The objective of this study was to identify the profile of national scientific productions on environmental public policies in journals in the area of administration classified by Qualis-Periódicos from A1 to B2, from 2013 to 2017. To this end, a descriptive, documental, and quantitative research was conducted. The results show that most of the authors who published on the subject are graduates in business administration and doctors in the same area of formation. The main theme of the articles on environmental public policies was solid waste. Regarding the methodological aspects, it was found that usually theoretical, empirical,

<sup>a</sup> Universidade de Brasília (PPGA/UnB) | Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), Brasil. E-mail: [jessicaeloisal@gmail.com](mailto:jessicaeloisal@gmail.com)

<sup>b</sup> Universidade de Brasília (PPGA/UnB), Brasil. E-mail: [jorgealfredocs@gmail.com](mailto:jorgealfredocs@gmail.com)

<sup>c</sup> Universidade de Brasília (PPGA/UnB), Brasil. E-mail: [diego1mv@yahoo.com.br](mailto:diego1mv@yahoo.com.br)

<sup>d</sup> Universidade de Brasília (PPGA/UnB), Brasil. E-mail: [profpatriciaaunb@gmail.com](mailto:profpatriciaaunb@gmail.com)

descriptive and qualitative papers with cross-sectional approach are published. In this sample space, most were classified as case studies that used multiple instruments for data collection and made use of content analysis for analytical treatment. This article contributes by identifying the profile of productions on the topic, helping researchers and managers interested in the subject.

**Keywords:** Environmental public policies. Environmental sustainability. Environment. Administration. Environmental management.

## 1 INTRODUÇÃO

A sustentabilidade é um tema amplamente debatido por estudiosos, governos e empresas, principalmente após alguns marcos, como o Relatório *Brundland*, publicado em 1987, também conhecido como "Nosso Futuro Comum", que cunhou a definição mais conhecida de desenvolvimento sustentável, além da conferência Rio-92, a qual teve como propósito a sensibilização das sociedades e dos Chefes de Estado sobre o desenvolvimento sustentável, cujo principal resultado foi a produção de alguns documentos oficiais fundamentais, como a Carta da Terra e convenções. O desenvolvimento sustentável, na maioria das vezes, é representado por uma junção entre as dimensões econômica, social e ambiental. Cada dimensão tem uma preocupação: a econômica atenta-se à eficiência necessária para que as organizações se mantenham competitivas; a social preocupa-se com os impactos sociais nas comunidades humanas dentro e fora das organizações (desemprego, exclusão social, pobreza, diversidade organizacional, entre outros); e a ambiental importa-se com os impactos ambientais pelo uso de recursos naturais e pelas emissões de poluentes (BARBIERI *et al.*, 2010). Elkington (1998) definiu o termo *Tripple Bottom Line*, o qual preconiza o equilíbrio entre as três dimensões da sustentabilidade.

Neste estudo, trabalhou-se somente a dimensão ambiental da sustentabilidade. Esta dispõe de diversos instrumentos que podem ser utilizados por governos e empresas para garantir o equilíbrio

ambiental. No âmbito público, de acordo com o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para que os governos possam garantir a preservação do meio ambiente, são instituídas as políticas públicas ambientais.

Na administração pública, as políticas ambientais são as principais ferramentas do governo para buscar a sustentabilidade ambiental. As políticas públicas ambientais são princípios e diretrizes, estabelecidos na forma da lei, que “tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida” (BRASIL, 1981). Ao considerar a importância da administração pública para garantir a sustentabilidade ambiental por meio de políticas públicas ambientais, este artigo baseou-se na pesquisa realizada por Souza e Ribeiro (2013) para verificar como os estudiosos da área estão analisando o tema.

Souza e Ribeiro (2013) investigaram o perfil das pesquisas sobre sustentabilidade ambiental nos periódicos nacionais de administração de A1 a B2, no período de 1992 a 2011. Os resultados do estudo mostram que há indícios de que o tema está em consolidação no Brasil. Uma das categorias analisadas por Souza e Ribeiro (2013) foram as políticas públicas ambientais, que, no período, tinham apenas

11 artigos publicados, o que representa 2,78% dos estudos encontrados sobre sustentabilidade ambiental. Diante desse cenário, para verificar se houve uma evolução da categoria políticas públicas ambientais, o seguinte objetivo de pesquisa foi definido: identificar o perfil das produções científicas nacionais sobre políticas públicas ambientais em periódicos da área de administração classificados pelo Qualis-Periódicos de A1 a B2, no período de 2013 a 2017.

Para cumprir o objetivo proposto, realizou-se uma revisão da literatura com procedimentos sistematizados de busca e seleção de artigos. Este trabalho foi dividido em quatro seções. Além desta introdução, na sequência são apresentados os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A seguir, a seção de resultados, que está dividida em três itens: (1) identificação e demografia das publicações; (2) temática dos artigos; e (3) delineamento metodológico dos estudos. Por fim, são abordadas as considerações finais.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta revisão caracteriza-se como descritiva, com abordagem quantitativa. Realizou-se uma revisão da literatura, com procedimentos sistematizados de busca e seleção de artigos, tendo como base periódicos nacionais de administração. O recorte foi longitudinal, pois foram consideradas as produções científicas publicadas em periódicos nacionais na área de administração no período de 2013 a 2017. Para selecionar os periódicos nacionais de administração, utilizou-se o sistema Qualis Capes para Periódicos, que

classifica “a produção científica dos programas de pós-graduação no que se refere aos artigos publicados em periódicos científicos” (CAPES, 2016). Como esta pesquisa utiliza a última classificação disponível do Qualis-Periódicos referente ao quadriênio de 2013-2016, iniciou-se a análise nos periódicos a partir de 2013.

Seguindo os mesmos critérios de Souza e Ribeiro (2013), este estudo selecionou, para a análise, periódicos nacionais classificados pelo Qualis-Periódicos como A1, A2, B1 e B2 na área de avaliação de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo no quadriênio 2013-2016. Nesses estratos há um total de 1677 periódicos nacionais e internacionais classificados, o que equivale a 47,08% dos periódicos totais dessa área de avaliação. Dentro desse escopo, foram selecionados os periódicos nacionais da área de Administração Pública e de Empresas. Não foram considerados periódicos da área de Ciências Contábeis e Turismo. Vale ressaltar que não existem periódicos nacionais classificados como A1 na área de administração.

Após essa primeira seleção, foram analisados o foco e o escopo disponibilizados no site de cada periódico para verificar se estavam realmente relacionados à área de administração. Periódicos que trabalham somente com áreas afins ou específicas da área de administração não foram selecionados, como, por exemplo, marketing, engenharia de produção, psicologia, economia e pesquisa operacional. Ao final dessa etapa restaram 56 periódicos para análise (Tabela 1).

**Tabela 1** – Periódicos da área de administração selecionados, número total de artigos publicados por cada revista entre 2013 e 2017 e número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais no período de análise.

Título do Periódico	ISSN	QUALIS	NT <sup>1</sup>	NPA <sup>2</sup>
Brazilian Administration Review (BAR)	1807-7692	A2	115	-

Brazilian Business Review (BBR)	1808-2386	A2	186	-
Cadernos Ebape.Br (FGV)	1679-3951	A2	230	-
Organizações & Sociedade (O&S)	1413-585X	A2	163	-
Revista de Administração Contemporânea (RAC)	1415-6555	A2	215	1
Revista de Administração De Empresas (RAE)	0034-7590	A2	199	-
Revista de Administração Pública (RAP)	0034-7612	A2	298	11
Revista de Administração (RAUSP)	0080-2107	A2	220	2
Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN)	1983-0807	A2	168	-
Administração: Ensino e Pesquisa (RAEP)	2177-6083	B1	99	-
Administração Pública e Gestão Social (APGS)	2175-5787	B1	112	5
Base – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos	1984-8196	B1	120	-
Contabilidade, Gestão e Governança (CGG)	1984-3925	B1	122	1
Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão	2178-9258	B1	108	-
Revista de Administração e Inovação (RAI)	1809-2039	B1	225	1
Revista de Administração Mackenzie (RAM)	1678-6971	B1	237	-
Revista Eletrônica de Administração (READ)	1413-2311	B1	157	2
Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)	1677-7387	B1	84	-
Revista de Gestão Usp (REGE)	1809-2276	B1	162	-
Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (REGEPE)	2316-2058	B1	98	-

Revista de Administração da Ufsm (REA)	1983-4659	B1	300	5
Revista de Ciências da Administração (RCA/UFSC)	2175-8077	B1	193	1
Revista de Gestão Social e Ambiental (RGSA)	1981-982X	B1	103	5
Revista de Negócios (RN)	1980-4431	B1	76	-
Revista Brasileira de Gestão Urbana (URBE)	2175-3369	B1	122	6
Adm.Made	2237-5139	B2	80	-
Alcance (Univali)	1983-716X	B2	139	-
Cadernos Gestão Pública e Cidadania (Cgp&C)	2236-5710	B2	83	1
Desenvolvimento em Questão	1678-4855	B2	80	-
Revista Economia e Gestão (E&G)	1984-6606	B2	140	-
Faces (Face/Fumec)	1984-6975	B2	140	1
Future Studies Research Journal (Future)	2175-5825	B2	92	-
Revista de Gestão e Projetos (GEP)	2236-0972	B2	122	-
Gestão & Planejamento (G&P)	2178-8030	B2	104	1
Gestão & Regionalidade (G&R)	1808-5792	B2	143	4
Gestão e Sociedade (UFMG)	1980-5756	B2	90	-
Gestão.Org	1679-1827	B2	137	-
Independent Journal of Management & Production (IJM&P)	2236-269X	B2	294	-
Organizações em Contexto	1809-1040	B2	147	-
Organizações Rurais & Agroindustriais (OR&A)	2238-6890	B2	145	1
Pretexto (Belo Horizonte)	1517-672X	B2	143	1
Revista de Administração, Ciências Contábeis e Sustentabilidade (Reunir)	2237-3667	B2	112	2

Revista Ciências Administrativas (RCA/Unifor)	2318-0722	B2	119	1
Revista da Micro e Pequena Empresa (Faccamp)	1982-2537	B2	68	-
Revista de Administração da Unimep	1679-5350	B2	151	-
Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (GeAS)	2316-9834	B2	136	3
Revista de Gestão e Secretariado	2178-9010	B2	78	-
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	2238-5320	B2	150	-
Revista do Serviço Público (RSP)	2357-8017	B2	118	1
Revista Eletrônica de Estratégia e Negócios	1984-3372	B2	150	-
Revista Gestão & Tecnologia	2177-6522	B2	157	-
Revista Gestão Organizacional (RGO)	1983-6635	B2	86	-
Revista Gestão Universitária da América Latina	1983-4535	B2	280	-
Revista Pensamento Contemporâneo em Administração (UFF)	1982-2596	B2	182	-
Tecnologias de Administração e Contabilidade	2236-0263	B2	15	-
Teoria e Prática em Administração	2238-104X	B2	84	-

<sup>1</sup>NT = número total de artigos publicados pelo periódico entre 2013 e 2017.

<sup>2</sup>NPA = número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais no período de 2013 a 2017.

Fonte: Elaborada pelos autores.

A etapa seguinte consistiu em acessar, por meio do *site* de cada revista, todos os volumes publicados entre 2013 e 2017 dos 56 periódicos selecionados. Aqueles periódicos que não possuíam uma página *online* foram acessados por meio das bases de dados *Scielo* e *Spell*. Na sequência, buscou-se por artigos com o tema de políticas públicas ambientais, tendo em conta a definição apresentada na introdução deste estudo. Foi realizada a leitura de 8.077

títulos de artigos e, quando o objeto de estudo não estava claro no título, dos resumos também. Os artigos que não tratam da temática ou apenas citam políticas públicas e legislações ambientais foram deixados de fora da seleção. Ao final, encontraram-se 56 artigos divididos entre 21 periódicos.

Os artigos escolhidos foram analisados e organizados em três dimensões, a saber: (1) identificação e

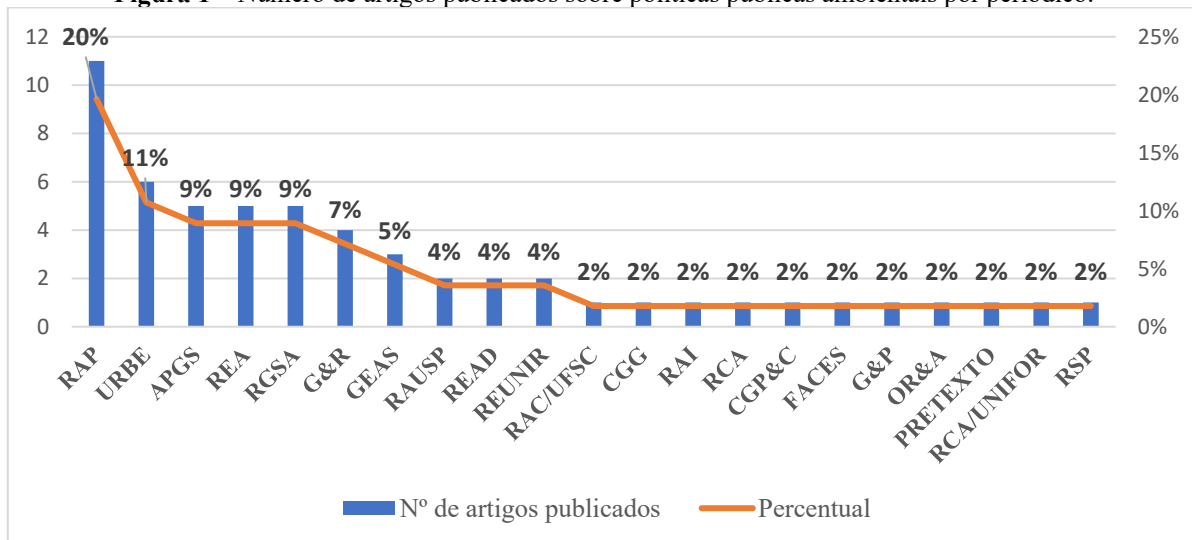
demografia da publicação; (2) temática do artigo; e (3) delineamento metodológico do estudo. Na primeira dimensão, extraíram-se os dados dos artigos referentes aos autores, como números de autores por artigo, autores que mais publicaram no período, área de formação base (graduação), titulação máxima, área de formação da titulação, filiação institucional e gênero. Quando os dados não estavam disponíveis no artigo, foram consultados os currículos *Lattes* dos autores e/ou as instituições em que eles estavam filiados para complementar as informações. A segunda dimensão buscou identificar a temática dos artigos, por meio do tema principal trabalhado e subtemas, base teórica, nível de estudo (nacional, estadual, municipal ou empresarial) e palavras-chave. Por fim, a última dimensão tratou dos aspectos metodológicos das pesquisas, conforme as concepções de Meneses *et al.* (2014), com os seguintes itens: tipo, natureza, abordagem, recorte, método, instrumento, origem dos dados, amostragem e técnicas analíticas. Nessa última dimensão, em alguns itens, foi necessário que os autores

desta revisão classificassem os aspectos metodológicos não informados nas obras. A análise dos dados foi feita por meio de estatística descritiva.

### 3 RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados da análise dos 56 artigos sobre políticas públicas ambientais selecionados nos periódicos nacionais de administração do período de 2013 a 2017. Os artigos selecionados foram publicados em 21 periódicos da área, sendo a Revista de Administração Pública (RAP) o periódico que apresentou o maior número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais no período, 19,64% do total (Figura 1). O ano de 2015 teve o maior percentual (26,79%) de artigos publicados no período de análise, com 15 publicações. Na sequência estão os anos de 2014 com 13 (23,21%), 2016 com 11 (19,64%), 2017 com 10 (17,86%) e 2013 com 7 (12,50%) publicações.

**Figura 1** – Número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais por periódico.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Como mencionado nos procedimentos metodológicos, os artigos foram analisados sob três dimensões. Assim, os resultados também são apresentados de acordo com as seguintes

dimensões: (1) identificação e demografia da publicação; (2) temática do artigo; e (3) delineamento metodológico do estudo.

### 3.1 Identificação e demografia dos artigos científicos nacionais sobre políticas públicas ambientais

Os artigos analisados foram publicados por um total de 155 autores. A

maioria foi publicada por dois autores (33,93%) do gênero masculino (51,61%). Sendo que os autores são graduados principalmente na área de administração (30,97%) e são doutores (58,71%) na mesma área de formação (37,43%).

**Tabela 2** – Identificação e demografia das publicações.

Número de autores	Nº	%		Título máxima	Nº	%
Um autor	5	8,93		Doutorado	91	58,71
Dois autores	19	33,93		Aluno de doutorado	24	15,48
Três autores	17	30,36		Mestrado	29	18,71
Quatro autores	14	25,00		Aluno de mestrado	5	3,23
Cinco	1	1,79		Especialização	0	0,00
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100</b>		Graduação	4	2,58
				Aluno de graduação	1	0,65
Gênero dos autores	Nº	%		Não informado	1	0,65
Masculino	80	51,61		<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>
Feminino	75	48,39				
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>				
				Administração	58	37,42
				Economia	14	9,03
Administração	48	30,97		Engenharia	14	9,03
Economia	21	13,55		Desenvolvimento Sustentável	13	8,39
Ciências Contábeis	17	10,97		Ciências Sociais	10	6,45
Engenharia	14	9,03		Ciências Contábeis	9	5,81
Arquitetura e Urbanismo	7	4,52		Estudos em Desenvolvimento	6	3,87
Direito	7	4,52		Direito	4	2,58
Agronomia	5	3,23		Arquitetura e Urbanismo	3	1,94
Biologia	4	2,58		Agronomia	3	1,94
Ciências Sociais	4	2,58		Educação	3	1,94
Comunicação Social	3	1,94		Biologia	2	1,29
Psicologia	3	1,94		Psicologia	2	1,29
Turismo	3	1,94		Ciência Política	2	1,29
Outros	16	10,32		Outros	11	7,10
Não informado	3	1,94		Não informado	1	0,65
<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>		<b>Total</b>	<b>155</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os primeiros autores dos artigos analisados são, em sua maioria, do gênero feminino (51,79%), graduados na área de administração (30,36%) e doutores (51,79%) também na área de administração (37,50%). Percebe-se que os resultados

referentes a maioria dos autores e os dados apenas dos primeiros autores são similares.

Os artigos com um único autor foram produzidos majoritariamente por mulheres (80%), graduadas em áreas diversas (Arquitetura e Urbanismo,



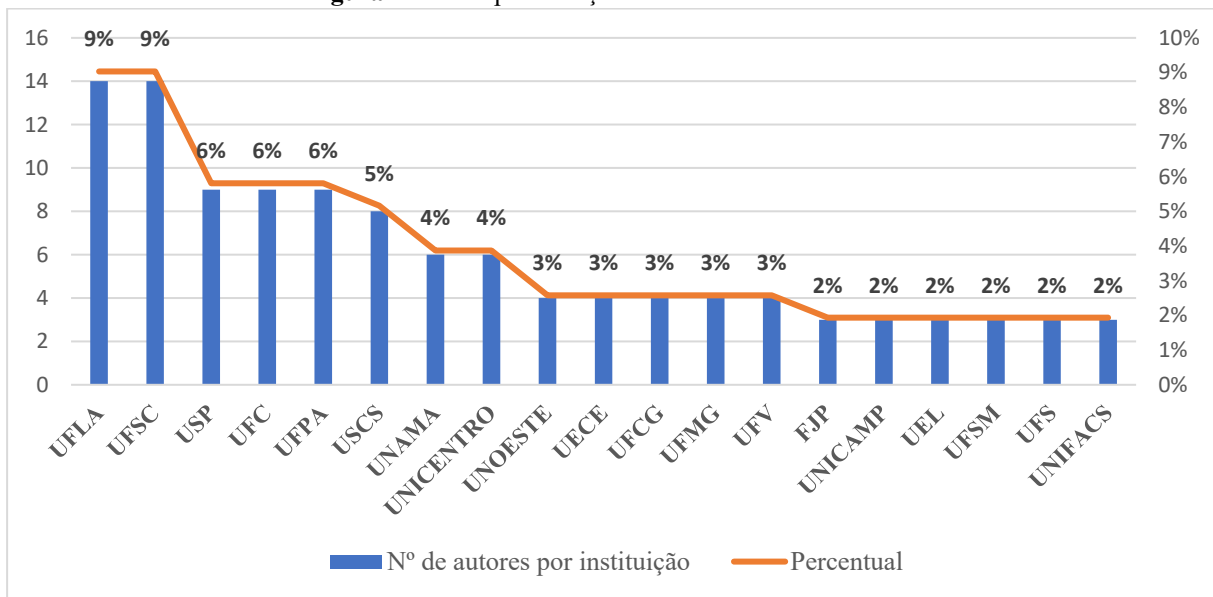
Relações Internacionais, Direito e Gestão e Criação de Empresas). Nesse grupo, todos os autores possuíam doutorado (100%) em áreas distintas (Arquitetura e Urbanismo, Ciência Política, Ciências Jurídicas, Ciências Ambientais e Contabilidade). No caso dos artigos publicados por dois autores, o perfil dos pesquisadores foi alterado: maioria do gênero masculino (73,68%), graduados em administração (23,68%) e doutores (73,68%) em administração (31,58%). Em relação às produções com três autores, o seguinte perfil foi predominante: gênero feminino (52,94%), graduação em administração (33,33%), titulação máxima de doutorado (58,82%) e área de formação da titulação máxima em administração (31,37%). Por fim, o perfil dos artigos com quatro autores se apresentou semelhante ao anterior com maioria do gênero feminino (53,57%), graduados em administração (33,93%) e doutores (48,21%) também em administração (44,64%).

Os periódicos classificados no estrato A2 do Qualis-Periódicos publicaram 12 artigos sobre o tema no período (21,43%), a maioria com dois autores (41,67%). Os artigos vinculados a periódicos desse estrato apresentaram o seguinte perfil: gênero feminino (53,33%), graduação em administração (26,67%), titulação máxima de doutorado (73,33%) e área de formação da titulação máxima também em administração (43,33%). Os periódicos do estrato B1 constituíram metade da amostra de artigos, com um total de 28 publicações (50%). Nesse estrato o perfil predominante foi de artigos publicados por três autores (32,14%) do gênero masculino (51,32%), graduados em administração (23,68%) e doutores

(60,53%) em administração (30,26%). O último estrato analisado neste estudo (B2) compôs 28,57% da amostra. A maioria dos artigos publicados em periódicos classificados como B2 possuíam quatro autores (37,50%), predominantemente do gênero masculino (55,10%). Quanto à formação, o perfil foi similar aos dos outros estratos – graduação em administração (44,90%) e doutorado (46,94%) em administração (44,90%). Nota-se, por meio dos dados apresentados, que quanto menor é o estrato do periódico, maior é o número de autores por artigo, e que as revistas que estão em um estrato superior apresentam um percentual maior de autores com doutorado.

Os estudiosos que publicaram artigos nos últimos cinco anos em revistas de administração sobre políticas públicas ambientais são filiados a 54 instituições diferentes. A Universidade Federal de Lavras – UFLA e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC apresentaram o maior número de autores filiados, cada uma com 9,03% do total de pesquisadores (Figura 2). Na sequência estão a Universidade de São Paulo – USP (5,81%), a Universidade Federal do Ceará – UFC (5,81%), a Universidade Federal do Pará – UFPA (5,81%), Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS (5,16%), Universidade da Amazônia – UNAMA (3,87%) e a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO (3,87%). Os autores filiados a essas oito universidades são responsáveis por 48,39% dos artigos publicados sobre o tema na área de administração. As 35 instituições que não foram apresentadas na figura 2 possuem apenas um ou dois autores filiados.

**Figura 2** – Principais filiações institucionais dos autores.



Fonte: Elaborada pelos autores.

Dos 155 autores que publicaram sobre o tema, dez produziram mais de um artigo no período (2013-2017). O autor Mário Vasconcellos Sobrinho teve o maior número de artigos publicados sobre políticas públicas ambientais entre 2013 e 2017 (CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015; COSTA *et al.*, 2017; ESPADA; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015). Vasconcellos Sobrinho foi coautor de 4 (7,14%) dos artigos analisados. A segunda autora que mais publicou no período foi Raquel da Silva Pereira, sendo coautora de 3 (5,36%) dos artigos sobre o tema (GOMES *et al.*, 2014; GUARDABASSIO; PEREIRA, 2015; OLIVEIRA; TRINDADE; PEREIRA, 2015). Os oito demais autores publicaram dois artigos cada. Nota-se que não há muitos autores que publicam frequentemente sobre políticas públicas ambientais na área de administração.

### 3.2 Perfil temático dos artigos científicos nacionais sobre políticas públicas ambientais

Esta seção tem por objetivo identificar o perfil temático das pesquisas sobre políticas públicas ambientais que foram publicadas em revistas nacionais de administração nos estratos A2, B1 e B2 do Qualis-Periódicos, conforme recorte de pesquisa, explicado nos procedimentos metodológicos.

Tendo por base a revisão bibliométrica realizada por Souza e Ribeiro (2013) acerca do tema sustentabilidade ambiental e os próprios artigos selecionados para esta pesquisa, foram criadas dez subcategorias temáticas. O intuito principal dessa categorização foi agrupar os 56 artigos, de acordo com a semelhança temática entre eles.

Resíduos sólidos foi a temática mais abordada nos artigos sobre políticas públicas ambientais, nos últimos cinco anos (Tabela 3). Esse tema esteve presente em 15 artigos, o que reflete 26,79% das publicações. Esse fato pode ser justificado dado o caráter recente da lei 12.305, sancionada em 2010 e ainda em fase de implementação na maior parte dos Municípios brasileiros. Boa parte dos casos

analisados nos artigos trata da aplicação da lei no âmbito local, por exemplo, os estudos conduzidos por Domingos e Boeira (2015), Guardabassio e Pereira (2015), Gomes *et al.*

(2014), Oliveira, Trindade e Pereira (2015) e Silva, Alcântara e Pereira (2016).

**Tabela 3** – Perfil temático dos artigos.

Tema	Nº	%
Resíduos sólidos	15	26,79
Instrumentos econômicos ambientais	10	17,86
Recursos hídricos	6	10,71
Unidades de conservação	5	8,93
Relacionamento com <i>stakeholders</i>	5	8,93
Política pública como dispositivo legal	4	7,14
Outros assuntos	4	7,14
Clima	3	5,36
Uso e ocupação do solo	2	3,57
Indicadores de desempenho socioambiental	2	3,57
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Em seguida, os instrumentos econômicos ambientais foram a pauta principal em dez dos artigos analisados (17,86%). Os autores que trataram desse tema estavam preocupados com a alocação dos gastos públicos para finalidades ambientais (BORINELLI; GUANDALINI; BACCARO, 2016; DANTAS *et al.*, 2014), além de compreender como o Estado tem contribuído para o desenvolvimento sustentável, a partir do seu poder de compra de bens (OLIVEIRA; SANTOS, 2015) ou contratação de serviços (ALENCASTRO; SILVA; LOPES, 2014). Ainda, sobre essa categoria de análise, alguns estudos avaliaram o impacto de tributos, como ICMS Ecológico (MATTEI; MEIRELLES NETO, 2015; MOURA, 2015; NASCIMENTO; NASCIMENTO; VAN BELLEN, 2013), entre outras pesquisas de tributação ambiental.

Na sequência, o tema recursos hídricos foi o mais abordado, sendo encontrado em 10,71% dos artigos. A operacionalidade dos Planos Diretores Municipais (PERES; SILVA, 2013) e dos programas de bacias hidrográficas brasileiras foram analisadas (BARBOSA *et al.*, 2016; CERQUEIRA *et al.*, 2016).

Ainda sobre os estudos que tratam de recursos hídricos, cabe comentar sobre as diferenças quanto à abrangência do nível de governo. Afinal, aqueles que pesquisaram todo o território nacional tenderam a realizar estudos teóricos, enquanto os que investigaram no âmbito local faziam estudos de caso normalmente do tipo teórico-empírico (a próxima seção do trabalho será dedicada aos aspectos metodológicos).

Ainda relacionado aos temas mais frequentes nos artigos sobre políticas públicas ambientais, ressalta-se que cinco artigos trataram sobre unidades de conservação e a mesma quantidade, sobre relacionamento com *stakeholders*. Os artigos a respeito das áreas protegidas (Unidades de Conservação) tratavam do manejo comunitário, da governança ambiental entre outros instrumentos de participação e da fiscalização na gestão. Intimamente ligado a esse convívio, quase sempre pouco harmonioso, foram classificados os artigos que tratam dos relacionamentos com *stakeholders*, relevantes por mostrarem casos práticos de ligações entre governo, organizações não governamentais, comunidades rurais, entre outros atores (BORGES; DUTRA;

SCHERER, 2014; VASCONCELLOS; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2015).

Em menor grau de periodicidade aparecem quatro artigos que tratam da Política Pública Ambiental puramente como um dispositivo legal (7,14%) e quatro categorizados em outros assuntos (7,14%), ou seja, assuntos mais dispersos, que não puderam ser agregados a um tema comum. Os artigos que versaram sobre as políticas públicas integralmente sob o aspecto legal foram classificados dessa forma tendo em vista que, comumente, são estudos teóricos buscando a maior compreensão das leis ambientais ou de programas governamentais, geralmente a partir da análise do seu conteúdo (TEIXEIRA; AZEVEDO, 2013). Considerados como outros assuntos estão, por exemplo, aqueles artigos em que os autores se ocuparam em discutir teorias administrativas tendo como alicerce as leis ambientais nacionais (LUIZ *et al.*, 2013).

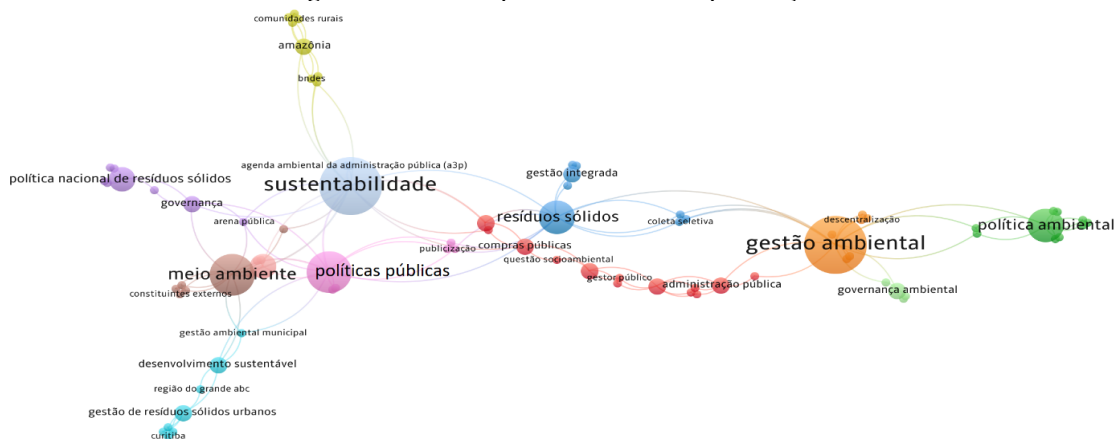
Cabe reiterar que algumas teorias organizacionais serviram de amparo aos trabalhos analisados, como a Teoria da Agência, Teoria dos *Stakeholders*, Teoria Institucional, Nova Economia Institucional, entre outras (AUGUSTO; SOUZA; CARIO, 2014; BARBOSA *et al.*, 2016; BORGES; DUTRA; SCHERER, 2014; CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015). Nesse ínterim, evidenciou-se que, apesar de alguns autores utilizarem uma teoria como

base, a maioria dos trabalhos não apresentou uma abordagem teórica. Grande parte dos trabalhos fizeram um resgate histórico sobre sustentabilidade ou políticas públicas na fundamentação teórica e não utilizaram uma teoria organizacional para sustentar a argumentação teórica-empírica.

Clima, uso e ocupação do solo também foram temas contemplados pelos artigos analisados nesta revisão, mesmo que em menor grau. A título de exemplo sobre clima, um dos artigos analisou a parceria entre Noruega e Alemanha, que visa mitigar as emissões de gases de efeito estufa, por meio da preservação da floresta Amazônica (MARCOVITCH; PINSKY, 2014). Os trabalhos que tratam do uso e conservação do solo (3,57%) preocuparam-se com as contradições entre as legislações urbanas e ambientais brasileiras e abordam o tema da qualidade ambiental urbana de forma aplicada, sendo um em Presidente Prudente/SP (HONDA *et al.*, 2015) e outro em Fortaleza/CE (FREITAS, 2014).

Cabe afirmar, ainda, que duas investigações sobre indicadores de desempenho socioambiental também foram conduzidas. Uma delas propõe um rol de indicadores para os órgãos públicos federais (LUIZ; PFITSCHER; ROSA, 2015) e a outra estuda os critérios avaliativos do Programa Verde-Azul na região do Grande ABC Paulista (OLIVEIRA; TRINDADE; PEREIRA, 2015).

Figura 3 – Rede de palavras-chave das publicações.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir do programa VOSviewer.

Por fim, apresenta-se a rede formada pelas palavras-chave mais recorrentes nos artigos analisados sobre políticas públicas ambientais (Figura 3). Percebe-se que as mais recorrentes foram sustentabilidade e gestão ambiental, cada uma com sete ocorrências. Na sequência, presentes em cinco artigos cada, estão as palavras-chave meio ambiente e políticas públicas. Com quatro ocorrências as palavras resíduos sólidos e política ambiental figuram na terceira colocação. Com exceção dos resíduos sólidos, nota-se que, em geral, as palavras-chave mais recorrentes nos artigos são amplas e genéricas.

### 3.3 Perfil metodológico dos artigos científicos nacionais sobre políticas públicas ambientais

Diante do objetivo de pesquisa exposto, mostra-se importante detalhar os aspectos metodológicos dos estudos que compuseram a amostra do presente trabalho. Conforme apresentado na tabela 4, a maioria das obras possui um caráter teórico-empírico (73,21%), o que significa dizer que a maior parte destes se preocupa não somente em apanhar conceitos na literatura, como também em aplicar aquilo que está sendo estudado.

**Tabela 4** – Perfil metodológico das publicações.

<b>Tipo de Pesquisa</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Teórico	15	26,79	Questionário	5	8,93
Teórico-empírico	41	73,21	Entrevista	2	3,57
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>	Pesquisa documental – Sem instrumento	22	39,29
			Múltiplos instrumentos	27	48,21
<b>Natureza</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>
Descritiva	50	89,29			
Explicativa	1	1,79	<b>Origem</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Exploratória	3	5,36	Primária	13	23,21
Mista	2	3,57	Secundária	22	39,29
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>	Mista	21	37,50
			<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>
<b>Abordagem</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>			
Qualitativa	40	71,43			
Quantitativa	8	14,29	Não probabilística	32	57,14
Mista	8	14,29	Probabilística	0	0,00
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>	Censitária	2	3,57
			Mista	0	0,00
<b>Recorte</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	Não informado	22	39,29
Transversal	39	69,64	<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>
Longitudinal	14	25,00			
Misto	3	5,36			
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>	Análise de conteúdo	20	35,71
			Análise do discurso	0	0,00
<b>Método</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	Estatística descritiva	3	5,36
Estudo de caso	27	48,21	Estatística inferencial	2	3,57
Pesquisa documental	21	37,50	Combinações diversas	1	1,79
Levantamento de opiniões/Survey	4	7,14	Estatística combinada	1	1,79
Múltiplo	4	7,14	Outros	4	7,14
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>	Não informado	25	44,64
			<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quanto ao tipo de pesquisa, apenas 18 dos 56 artigos analisados informaram na seção metodológica se o trabalho era teórico ou teórico-empírico. Sendo assim, todos os outros 38 foram classificados pelos autores desta revisão. Essa tarefa de classificação ou reclassificação foi repetida pelos autores, quando possível, em todos os demais itens da dimensão metodológica.

Quanto à natureza dos trabalhos, a maioria (89,29%) foi classificada como descritiva, uma vez que procuravam descrever um fenômeno com base em variáveis já previamente estabelecidas na literatura. Os outros trabalhos foram exploratórios, explicativos e mistos, nesta ordem de frequência. Da mesma forma, é importante considerar que somente 20 das 56 pesquisas expõem a natureza metodológica de suas pesquisas, ficando a cargo dos pesquisadores classificar os demais estudos.

Estudos puramente quantitativos não foram a abordagem preferida dos pesquisadores que publicam no Brasil sobre políticas públicas ambientais. Somente 14,29% dos trabalhos enquadram-se como integralmente quantitativos e outros 14,29% utilizam uma mescla de abordagem ao realizar estudos quali-quantitativos. Sendo assim, constatou-se que a maioria da amostra (71,43%) refere-se a estudos qualitativos. Além dessa informação, descobriu-se que a classificação quanto à abordagem foi algo corriqueiro nos estudos analisados, tendo em vista que a maioria não precisou ser classificada ou reclassificada pelos autores.

No que concerne ao recorte temporal das pesquisas analisadas, evidencia-se que a maior parte dos estudos (69,64%) optou por um recorte transversal, ou seja, aquele que observa o fenômeno em um único ponto no tempo. Os outros 14 estudos optaram por uma abordagem de corte longitudinal, pois acompanham a progressão das variáveis durante um dado período. Entretanto, cabe trazer luz ao fato de que 8 dos 56 trabalhos (14,29%) tratam

este tipo de classificação metodológica, sendo assim, todos os demais (48 artigos) foram classificados ou reclassificados, também quanto ao recorte temporal, pelos pesquisadores.

Com relação aos métodos de pesquisa que foram utilizados nos estudos selecionados, há uma predominância dos estudos de caso e das pesquisas documentais, presentes em 27 e 21 artigos, respectivamente. Em menor grau, encontram-se os estudos que fizeram uso de levantamento de opiniões/*survey* (4 artigos), e aqueles de forma híbrida que mesclaram os métodos (4 artigos), representando 7,14%, cada. Outra constatação relevante é o fato de que nenhuma pesquisa sobre política pública ambiental, publicada em periódicos nacionais nos estratos analisados, realizou uma pesquisa-ação ou um estudo etnográfico.

Os artigos também foram analisados do ponto de vista dos instrumentos manuseados para atingir seus respectivos objetivos. A maior parcela dos estudos (48,21%) empregou múltiplos instrumentos para a coleta de dados, seguida por pesquisas documentais que não utilizaram nenhum outro instrumento (39,29%). O uso do questionário foi percebido em cinco estudos e a exclusividade da entrevista foi identificada em somente dois estudos. Também compete afirmar que nenhum estudo componente da amostra da presente pesquisa fez uso exclusivo da observação ou de grupos focais. Por fim, alerta-se para o fato de que 80,36% dos estudos fazem questão de elencar os instrumentos de pesquisa, o que nos permite inferir que os autores de artigos em políticas públicas ambientais dedicam a seção de procedimentos metodológicos para descrever as ferramentas utilizadas em suas pesquisas científicas.

Sobre a origem dos dados, praticamente não se observa diferença entre os dados secundários (39,29%) e os mistos (37,50%). Trabalhos que coletaram dados

primários representam 23,21% e normalmente estão ligados aos que fazem uso de múltiplos instrumentos.

A técnica utilizada para definir a amostra na maioria dos artigos analisados foi classificada como não probabilística (57,14%). Em seguida, com 39,29%, estão os trabalhos que os autores não informaram a escolha metodológica na amostragem. Os 3,57% restantes foram estudos que optaram pela forma censitária de definição amostral. Vale ressaltar que apenas 35,71% dos trabalhos informavam o tipo de amostragem.

A fim de concluir a apresentação dos aspectos metodológicos das pesquisas escolhidas, anunciam-se as técnicas analíticas predominantes nos artigos analisados. Ainda que, em sua maioria, esse assunto não tenha sido informado no corpo do artigo (44,64% simplesmente não mencionou), incumbe citar que 35,71% da amostra se serviu da análise de conteúdo para refletir sobre seus resultados de pesquisa. Em menor grau, os métodos estatísticos também se fizeram presentes: estatística descritiva (três artigos), estatística inferencial (dois artigos) e estatística combinada (um único artigo).

Em suma, constata-se o baixo grau de descrição metodológica nos trabalhos analisados, uma vez que todos os 56 trabalhos continham pelo menos um dos atributos que precisaram ser classificados ou reclassificados pelos pesquisadores. Diferenças também puderam ser observadas entre os periódicos. De fato, quanto mais elevado o Qualis-Periódicos da revista, mais completa estava a seção de procedimentos metodológicos, o que nos permite inferir que o rigor metodológico foi maior.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivo identificar o perfil das produções científicas nacionais sobre políticas públicas ambientais em periódicos da área de administração classificados pelo Qualis-

Periódicos de A1 a B2, no período de 2013 a 2017. A análise de resultados foi dividida em três perfis: demográfico, temático e metodológico.

Os resultados apontam para uma dedução alarmante: o tema de políticas públicas ambientais, apesar de ter evoluído em relação aos achados do estudo de Souza e Ribeiro (2013), foi pouco abordado nas revistas científicas de administração. Afinal, somente 56 obras foram localizadas em uma pesquisa censitária, cujo universo foi de 8.077 artigos. O pico no número de publicações ocorreu no ano de 2015, centro do recorte temporal proposto, ou seja, a frequência apresenta queda desde então.

Os periódicos que mais contribuíram para a divulgação desse tema foram a Revista de Administração Pública (RAP) e a Revista Brasileira de Gestão Urbana (URBE), juntas responsáveis por 30,36% das publicações. Sobre o gênero dos autores que publicaram em periódicos nacionais na área de administração em relação ao tema de políticas públicas ambientais, notou-se que não há uma diferença significativa. Ainda quanto aos autores, conclui-se também que, em sua maioria, independentemente do gênero, já concluíram o curso de doutoramento.

Esses estudiosos estão ligados a 54 instituições e, dessas, a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) apresentaram o maior número de autores filiados. Quanto aos temas, os mais recorrentes em publicações nacionais sobre políticas públicas ambientais são: Resíduos Sólidos; Instrumentos Econômicos e Recursos Hídricos. Alguns aspectos influenciaram esses resultados, como o caráter recente de leis, decretos e normas nessas áreas, conforme abordado no texto da seção anterior, além do quadro explicativo e da rede de palavras.

Com relação ao perfil metodológico, constatou-se que normalmente se tratam de trabalhos do tipo teórico-empírico, descritivos, qualitativos, cujo recorte transversal foi o mais utilizado. Neste

espaço amostral, grande parte foi classificada como estudos de caso que empregaram múltiplos instrumentos para a coleta de dados e fizeram uso da análise de conteúdo para tratamento analítico. Cabe lembrar que nenhum dos artigos preencheu todos os aspectos metodológicos que os pesquisadores consideraram relevantes e, por isso, fez-se necessária a categorização metodológica das obras.

Apesar deste artigo contribuir para identificar o perfil das produções sobre políticas públicas ambientais e auxiliar pesquisadores e gestores interessados na temática, estudos futuros, capazes de ampliar o espaço amostral ou aprofundar as discussões, ainda são relevantes. Afinal, o Estado tem contribuído de forma incipiente para o desenvolvimento sustentável e cabe aos pesquisadores de administração colaborar para que o governo utilize produtivamente seu grande poder como comprador, regulador e gestor de recursos naturais.

Este artigo contribui ao mapear as principais publicações sobre políticas públicas ambientais, considerando o período de 2013 a 2017 em periódicos nacionais na área de Administração, o que pode ser útil para pesquisadores e gestores interessados na agenda ambiental. Ademais, com a análise dos artigos foi possível identificar uma agenda de pesquisa pautada em duas dimensões: (1) contexto social, econômico, ambiental, cultural e político; e (2) aspectos teóricos e metodológicos.

As lacunas encontradas na primeira dimensão, que podem ser respondidas em estudos futuros, foram: como o contexto social, econômico, ambiental, cultural e político, nacional e internacional, se reflete nas publicações sobre políticas públicas ambientais? Quais fatores ocasionam o aumento ou a queda das publicações na área? As categorias temáticas encontradas no campo de administração refletem o contexto da área de políticas públicas ambientais como um todo?

Quanto aos aspectos teóricos e metodológicos, notou-se que as pesquisas sobre políticas públicas ambientais carecem de um arcabouço teórico mais consistente, que possa contribuir com a análise empírica realizada na maioria dos artigos. Teorias como o *Advocacy Coalition Framework* (ACF), a Teoria Institucional e suas diversas vertentes, a Teoria da Agência, os modelos de análise de *stakeholders*, entre outras, podem contribuir para o aprimoramento teórico dos estudos e, conseqüentemente, das análises empregadas. Outros procedimentos metodológicos também devem ser adotados para crescimento e consolidação da área de pesquisa dentro da administração. Estudos de natureza explicativa precisam ser conduzidos pelos pesquisadores do campo. Além do mais, é necessária a ampliação das abordagens qualitativas e quantitativas utilizadas para a análise do tema, como a aplicação de levantamento de opiniões/*survey*, pesquisa-ação e estudo etnográfico.

## REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, M. A. C.; SILVA, E. V. DA; LOPES, A. M. D. Contratações sustentáveis na administração pública brasileira: a experiência do Poder Executivo federal. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 1, p. 207–235, 2014.

AUGUSTO, C. A.; SOUZA, J. P. DE; CARIO, S. A. F. Estruturas de governança e capacidade de resposta às leis ambientais: um estudo em destilarias no Estado do Paraná. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 16, n. 4, p. 417–434, 2014.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, 2010.



BARBOSA, E. M. *et al.* Estudo da Política e da Gestão de Recursos Hídricos na Sub-Bacia Hidrográfica do Rio do Peixe, PB, em suas Dimensões Jurídico Institucional e Ambiental. **Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, v. 6, n. 3, p. 71–88, 2016.

BORGES, D. E.; DUTRA, L. C.; SCHERER, F. L. Meio ambiente e estratégia: um estudo multicaso no Setor Vitivinícola da Região Central do Rio Grande do Sul sob a perspectiva da teoria institucional. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 0, p. 40–54, 2014.

BORINELLI, B.; GUANDALINI, N. N.; BACCARO, T. A. Os gastos ambientais dos estados brasileiros: uma análise exploratória. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 4, p. 807–834, 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm). Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 ago. 2020.

CAPES - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Qualis-Periódicos**. Brasília, 2016.

CARDOSO, S. L. C.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. DE A. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 74–90, 2015.

CERQUEIRA, L. S. *et al.* Produção Científica em Gestão de Recursos Hídricos no Brasil no período de 2002 a 2011: uma análise da sua contribuição para o setor. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 17, n. 2, p. 233–251, 2016.

COSTA, B. A. DA *et al.* Contratações Públicas Sustentáveis: Práticas E Influências Na Gestão Municipal. **Revista de Administração FACES**, v. 16, n. 2, p. 60–76, 2017.

DANTAS, M. K. *et al.* Análise dos Gastos Públicos com Gestão Ambiental no Brasil. **Revista de Gestao Social e Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 52–68, 2014.

DOMINGOS, D. DE C.; BOEIRA, S. L. Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos Domiciliares: Análise do Atual Cenário no Município de Florianópolis. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 14–30, 2015.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business**. 1998.

ESPADA, A. L. V.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Manejo comunitário e governança ambiental para o desenvolvimento local: análise de uma experiência de uso sustentável de floresta na Amazônia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 4, p. 169–177, 2015.

FREITAS, C. F. S. Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 1, p. 109–125, 2014.

FREITAS, J. S.; RIVAS, A. F. Unidades de conservação promovem pobreza e estimulam agressão à natureza na amazônia. **Revista de Gestao Social e**

**Ambiental**, v. 8, n. 3, p. 18–34, 2014.

GOMES, M. H. S. C. *et al.* Política Nacional de Resíduos Sólidos: Perspectivas de Cumprimento da Lei 12.305/2010 pelos municípios brasileiros, municípios paulistas e municípios da região do ABC. **Revista de Administração da UFSM**, v. 7, n. 0, p. 93–110, 2014.

GUARDABASSIO, E. V.; PEREIRA, R. S. Gestão pública de resíduos sólidos urbanos na região do grande ABC. **Gestão & Regionalidade**, v. 31, n. 93, p. 127–143, 2015.

HONDA, S. C. DE A. L. *et al.* Planejamento ambiental e ocupação do solo urbano em Presidente Prudente (SP). **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. 1, p. 62–73, 2015.

LUIZ, L. C. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 54–62, 2013.

LUIZ, L. C.; PFITSCHER, E. D.; ROSA, F. S. DA. Plano De Gestão De Logística Sustentável: Proposição De Ações E Indicadores Socioambientais Para Avaliar O Desempenho Nos Órgãos Públicos Federais. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. 0, p. 08–27, 2015.

MARCOVITCH, J.; PINSKY, V. C. Amazon Fund: financing deforestation avoidance. **Revista de Administração**, v. 49, n. 2, p. 280–290, 2014.

MATTEI, L. F.; MEIRELLES NETO, J. O ICMS Ecológico como Instrumento de Política Ambiental: evidências a partir do Estado de Mato Grosso. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 43, p. 86–98, 2015.

MENESES, P. P. M. *et al.* A produção científica Brasileira sobre a gestão de recursos humanos entre 2001 e 2010. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 4, p. 110–134, 2014.

MOURA, A. S. DE. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Socioambiental: incentivos institucionais e legislação ambiental no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 165–187, 2015.

NASCIMENTO, V. M.; NASCIMENTO, M.; VAN BELLEN, H. M. Instrumentos de políticas públicas e seus impactos para a sustentabilidade. **Gestão e Regionalidade**, v. 29, n. mai-ago, p. 77–87, 2013.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M.; SANTOS, L. M. L. DOS. Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 1, p. 189–206, 2015.

OLIVEIRA, E. C.; TRINDADE, F. H.; PEREIRA, R. DA S. Políticas Públicas Indutoras do Desenvolvimento Sustentável Local: Um Estudo Sobre o Programa Município VerdeAzul na Região do Grande ABC. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 3, p. 109–119, 2015.

PERES, R. B.; SILVA, R. S. DA. Interfaces da gestão ambiental urbana e gestão regional: análise da relação entre Planos Diretores Municipais e Planos de Bacia Hidrográfica. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 2, p. 13–25, 2013.

SOUZA, M. T. S. DE; RIBEIRO, H. C. M. Sustentabilidade Ambiental: uma Meta-análise da Produção Brasileira em Periódicos de Administração Environmental. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 368–396, 2013.

TEIXEIRA, M. G. C.; AZEVEDO, L. P. A. agenda ambiental pública: barreiras para a articulação entre critérios de sustentabilidade e as novas diretrizes da administração pública federal brasileira. **REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, v. 19, n. 1, p. 139–164, 2013.

VASCONCELLOS, A. M. DE A.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M. Institutional Development for Good Governance: the role of intermediary NGOs in Pará state, Amazonia. **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 3, p. 793–815, 2015.

---

**<sup>a</sup> Jessica Eloísa de Oliveira**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB). Professora do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF). E-mail: jessicaeloisa1@gmail.com

**<sup>b</sup> Jorge Alfredo Cerqueira Streit**

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB).

**<sup>c</sup> Diego Mota Vieira**

Doutor em Administração pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB).

**<sup>d</sup> Patrícia Guarnieri**

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora adjunta do curso de Administração da Universidade de Brasília (UnB). Professora e orientadora no Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília (UnB), Brasil.